

O Ensino Superior no Sudoeste do Paraná: origem e trajetória de transformação da FACIBEL

Higher education in the Southwest of the Paraná State: origins and transformation process of the FACIBEL

Nilsa Maria Canterle*

Resumo: As Fundações Municipais de Ensino Superior foram criadas pelo poder público municipal, em consonância com as políticas do governo brasileiro que preconizavam a expansão e interiorização do ensino superior. É nesse universo em que se inseriu a Fundação Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão – FACIBEL, e é através de uma análise da história do ensino superior e sua relação com o contexto socioeconômico e político que se busca contextualizar o processo de sua criação, sua existência e sua transformação. Este artigo, numa perspectiva histórica, descritiva e analítica, resgata a sua memória e revela para a compreensão toda a dinâmica do processo de criação do ensino superior em Francisco Beltrão, sua trajetória de superação e avanços dentro de um contexto que marcou o passado da cidade e da região, inserindo muitos atores e seus papéis nesse recorte da história regional.

Palavras-chave: Ensino Superior. História. Transformação.

Abstract: The Municipal Foundations of Higher Education were created by the municipal government, in line with the policies of the Brazilian government, and promoting the expansion and internalization of higher education. It is in this context that the Fundação Faculdade de Ciências Francisco Beltrão – FACIBEL is inserted, and it is by means of an analysis of the history of higher education and its relation to the social, economical, and political scenarios that we seek to contextualize its creation process, existence and transformation. This article recovers its memory by means of a historical, descriptive and analytical perspective, revealing the dynamics of the establishing of the higher education system in Francisco Beltrão, as well as its story of triumph and progress within a context that marked the past of the city and the region, inserting many actors and their roles in this slice of regional history.

Keywords: Higher education. History. Transformation.

Recebido em: 15/06/2010. Aceito em: 25/05/2011.

* Mestre em Engenharia de Produção e Sistemas pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Professora Assistente do Curso de Administração na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Francisco Beltrão, Paraná, Brasil. Email: nilsacanterle@hotmail.com

1 Introdução

O ensino superior em Francisco Beltrão teve por base o modelo de fundação municipal. A Fundação Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão – FACIBEL foi criada por lei municipal, em 1974, e da sua origem à sucessão pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE passaram-se mais de 30 anos. Uma história que precisa ser adequadamente sistematizada e analisada. Nesse sentido, este artigo – que é parte de um projeto de pesquisa em andamento – tem por objetivo resgatar a dinâmica do processo de criação e transformação da FACIBEL, destacando as razões que a motivaram, a função social que a instituição desempenhou nesse período, a necessidade de evoluir para um novo modelo e a trajetória para o estabelecimento de sua sucessora. No tratamento da história da FACIBEL, o texto enfatiza diferentes momentos, conferindo destaque às ações da instituição na comunidade/sociedade local e regional.

A abordagem se dá a partir de uma revisão do processo de criação das instituições isoladas de ensino superior de forma geral, para então – através de levantamento em fontes documentais disponíveis na Biblioteca da Unioeste, Campus de Francisco Beltrão, em fontes de posse de outras instituições e de terceiros – descrever o quadro de concepção (1974) e evolução do ensino superior em Francisco Beltrão, tendo por objeto de análise a Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão até sua incorporação à Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE (1999). Esse levantamento foi feito também por meio dos recursos da história oral, que se constitui numa metodologia de pesquisa baseada em entrevistas gravadas com pessoas participantes do processo histórico, que podem testemunhar sobre acontecimentos.

Assim, o artigo atenta fundamentalmente para a sequência de momentos que marcaram a criação de uma instituição isolada de ensino superior, aspectos de seu funcionamento e a gradual luta pela transformação, sendo que sua importância está em contribuir com a história do ensino superior no Estado do Paraná.

2 Origem das Fundações

A análise que se faz do ensino superior passa pela verificação do modelo que se firmou ao longo das últimas décadas do século XX e sua relação com as políticas externas para esse setor do conhecimento, principalmente para os países ditos periféricos.

Conforme Freitag (1980), a Constituição de 1967 e as leis dela originadas, sob regime autoritário, encorajam o ensino particular, já que o Estado não teria o suporte financeiro para abertura de vagas ou criação de instituições públicas de ensino superior. Segundo Cimadon (2008), havia um cenário de pressão dos estudantes para espaço no ensino superior, que era basicamente público. A preocupação dominante na época era a de adequar o sistema educacional às necessidades da expansão econômica em curso. “A educação brasileira precisa levar à consolidação da estrutura do capital humano no país para acelerar o processo de desenvolvimento econômico” (FREITAG, 1980, p. 100).

De acordo com Dourado (2001, p.15), “a crescente expansão do ensino superior, pós 1964, efetiva-se pelo incremento do setor privado e do número de vagas das IES federais e, particularmente, pela ampliação das fundações de natureza pública e privada, o que dá a essa política um caráter evidente de massificação do ensino em contraposição à sua democratização”.

Dos três planos de desenvolvimento elaborados na época – Plano Decenal de 1967-1976, Plano Trienal de 1972-1974 e Plano Quinquenal de 1975-1979 –, somente os dois últimos estabeleceram diretrizes gerais para o planejamento dos recursos humanos, atribuindo ao MEC a função de elaborar planos setoriais específicos. No Plano Decenal, as metas e os objetivos educacionais e de recursos humanos estão contidos no próprio plano. No Plano Setorial de 1972-1974, destaca-se a contribuição que a educação pode dar ao desenvolvimento e ao progresso da nação, como também ao indivíduo, ressaltando-se a taxa de retorno gerada pela educação. O Plano Quinquenal de 1975-79 retoma os princípios básicos do plano anterior. Conforme afirma Freitag, “numa fase mais próxima de nossa evolução social, a educação brasileira há de concorrer para o objetivo comum, que é o projeto

de *desenvolvimento* nacional e, possibilitado por este, o projeto humano pessoal de cada indivíduo” (FREITAG, 1980, *apud* BERNARTT, 2006).

Para aliviar as pressões de demanda por vagas no ensino superior, foram criadas inúmeras Fundações. O Governo queria expandir o ensino superior para o interior do Brasil. A forma encontrada, não havendo recursos, foi possibilitar aos municípios a criação das Fundações Educacionais Municipais. Essa forma, como observa Luporini (2008, p.59),

pode ser registrada como um desdobramento da possibilidade de diminuir a responsabilidade do poder público na formação em nível superior, aliada ao fato de não se prever nenhum investimento público estadual ou federal.

Nesse contexto expansionista, o conceito de educação superior muda consideravelmente: se até então era concebida como um bem de consumo suntuoso, ao qual somente a minoria tinha acesso, agora precisa ser consumida por todos para que se transforme em um capital que, se bem investido, produzirá lucro tanto social quanto individual. Desse modo, a socialização desses gastos é legitimada pelo discurso de que a educação, compreendida como investimento, possibilita o desenvolvimento, acentua Freitag (*apud* BERNARTT, 2006).

A trajetória é parecida na maioria das Fundações Municipais. Numa sequência natural, tendo por embrião as fundações, assim nasceram no Paraná a UEL, a UEM, a UEPG e a UNIOESTE, sendo que dezenas de universidades no país tiveram a mesma origem.

3 O surgimento das IES no Sudoeste do Paraná

São muitos os documentos que apontam que o surgimento do Ensino Superior no Sudoeste do Paraná está intimamente relacionado com o plano de pastoral da Mitra Diocesana de Palmas, mas é nos rascunhos manuscritos originais de Izídio Perondi que se encontram registradas as primeiras iniciativas sobre o ensino superior em Francisco Beltrão. Mais tarde esse pioneiro organiza um relatório datilografado da cronologia dos fatos, que encaminha à direção da

Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão – FACIBEL, por ocasião dos dez anos de funcionamento.

Conforme registros de Perondi (1986), o titular da Mitra Diocesana era ainda o Bispo Dom Carlos Eduardo de Savoya Bandeira de Mello, que, por sinal, se encontrava muito enfermo, motivo pelo qual quem governava propriamente a Diocese, na época, era Monsenhor Eduardo Rodrigues Machado.

Em 1º de julho de 1967, Monsenhor Eduardo promoveu a redação dos Estatutos do “Centro Pastoral, Educacional e Assistencial Dom Carlos”, fazendo constar no Artigo 10 a definição e expansão do Ensino Superior no território da Mitra Diocesana de Palmas sob forma de Universidade, dando preferência ao surgimento de novos cursos de Ensino Superior, além de Palmas, nas cidades de Francisco Beltrão e de Pato Branco, por serem polos da microrregião.

Esse estatuto foi amplamente discutido e submetido à aprovação da assembleia geral extraordinária, sob o patrocínio da Mitra Diocesana de Palmas, constituindo-se num passo importante e, por conseguinte, no vertedouro histórico da expansão do Ensino Superior no Sudoeste do Paraná.

No dia 20 de agosto de 1971, no salão nobre da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Palmas, em uma reunião da Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná – AMSOP, com a presença da maioria absoluta dos prefeitos e, também, com a presença do Bispo Dom Agostinho José Sartori; do professor Moacir Fantini, Diretor Superintendente do Ensino Superior do Paraná; do Monsenhor Eduardo Rodrigues Machado, membro do Conselho Estadual de Educação e Diretor da Faculdade de Palmas; do Padre Narcício Zanatta, vigário de Palmas, e sob a presidência de Dom Agostinho José Sartori, tratou-se da criação da Universidade do Sudoeste. O presidente da AMSOP era, na época, o Engenheiro Deni Lineu Schwartz, prefeito de Francisco Beltrão, que, por solicitação de Dom Agostinho, fez ampla explanação do assunto, lembrando de uma histórica reunião realizada na cidade de Verê, ocasião em que foi aprovada a proposta de criação da Universidade do Sudoeste, cuja sede seria a cidade de Palmas, de onde seriam ramificadas diversas faculdades nos demais municípios da região.

Nessa reunião o presidente da AMSOP solicitou ao professor Moacir Fantini que dissesse quais as possibilidades e os meios para que a Universidade fosse criada no menor tempo possível. O Diretor Superintendente do Ensino Superior do Paraná disse que tal criação implicaria uma série de exigências, dentre as quais: a) estabilidade social; b) instalações adequadas; c) idoneidade moral reconhecida; d) tradição; responsabilidade e outras. Ressaltou as possibilidades existentes a partir da Faculdade de Palmas, que já possuía os estatutos devidamente adaptados para transformação em Universidade.

Foi uma reunião histórica em que a ideia da Universidade do Sudoeste tomou corpo e as comunidades começaram a se mobilizar. Entretanto, como registra Perondi (1986, p.2), todo esse movimento foi provocado pelo CPEA

para ganhar tempo e espaço sobre a Universidade, porque antes, por lei, nem teria condições de fazê-lo, porquanto as Faculdades de Filosofia, História e Letras de Palmas ainda não tinham recebido o reconhecimento definitivo pelo Conselho Federal de Educação.

Somente em 24 de abril de 1972, de acordo com a Lei 5.440 e o Decreto-Lei 464, é que foram plenamente reconhecidas. A partir de então, a mantenedora teve condições legais plenas para pleitear a composição da Universidade do Sudoeste como forma de desenvolvimento integrado na área do Ensino Superior.

Os contatos com as autoridades municipais do Sudoeste, especialmente de Francisco Beltrão e Pato Branco, passam a ser constantes, além da mobilização de estudantes e órgãos de classe. Sob a Coordenação geral do Centro Pastoral de Palmas, todos os prefeitos da região foram chamados a se engajar no objetivo pretendido a partir de um amplo levantamento de dados socioeconômicos de toda a região, como forma de caracterizar a realidade e embasamento dos cursos que seriam implantados.

Embora o Jornal Tribuna do Sudoeste nº 222 (1972, p.2) tivesse destacado o fato de que o projeto do ensino superior para a região estava acima da tradicional rivalidade entre Francisco Beltrão e Pato Branco, pois não seria possível conceber qualquer movimento isolado nesse sentido (“os doutos de Francisco Beltrão e Pato Branco se uniram para legar ao seu povo o direito

de cursar escolas superiores”), convém lembrar que houve uma tentativa isolada de Pato Branco de sair na frente de Francisco Beltrão, conforme registra o Parecer 102/72, de 08 de junho de 1972, do Conselho Estadual de Educação do Estado do Paraná. Consta desse parecer: “nulos de pleno direito e passíveis de severas sanções são os atos escolares praticados em estabelecimentos de ensino superior carentes da respectiva autorização para funcionamento”. Pode-se perceber, já de início, a vontade de independência no processo por parte de Pato Branco, como destacou Perondi, em cópia do próprio documento “E Palmas com a ideia da Universidade do Sudoeste”.

No desencadear das ações, a Prefeitura de Francisco Beltrão, com o apoio da AMSOP, prontificou-se a colocar funcionários e recursos à disposição para realizar a pesquisa. O mesmo aconteceu com a microrregião de Pato Branco e com a mantenedora de Palmas. Como menciona Perondi (1986), surgiram três frentes de trabalho: uma em Palmas, outra em Pato Branco e outra em Francisco Beltrão, todas com um único objetivo: levantar a realidade para fundamentar a implantação de “mais alguns cursos de nível superior e, ao mesmo tempo, compor a Universidade num processo maior, porém, usando os mesmos dados”.

A equipe de trabalho de Francisco Beltrão ficou assim constituída:

- a) Pela Prefeitura Municipal
Engº Deni Lineu Schuartz – Prefeito Municipal
Dr. Gelindo João Folador – Assessor Jurídico
Senhor Antonio de Paiva Cantelmo - Presidente do CDM.
- b) Pela Comunidade
Prof. Aloísio Antoni
Prof. Izidio Perondi
Prof. Itelvino Galvão.
- c) Pela Mitra Diocesana
Dom Agostinho José Sartori – Bispo Diocesano
Monsenhor Eduardo Rodrigues Machado – Diretor da Faculdade de Palmas
Prof. Antonio Chaves de Lima – Secretário da Faculdade de Palmas.

Como afirma Perondi (1986, p. 3), “o Conselho de Desenvolvimento Municipal (CDM) foi o primeiro fórum local onde se discutiu os primeiros lances pró-criação das Faculdades de Francisco Beltrão. Tudo o que se fazia sobre esse assunto, passava pelo CDM”.

Foi por iniciativa do CDM, cujo presidente era o Sr. Antonio de Paiva Cantelmo, que no dia 28 de junho de 1972 o professor Fantini proferiu importante palestra no Clube União, reunindo todas as lideranças, intelectuais e autoridades para debater o ensino superior em Francisco Beltrão. Como registra o Jornal Tribuna do Sudoeste (01/07/1972, p. 2),

A partir dessa reunião todos sabem qual a meta a atingir (...) e não pairam dúvidas quanto aos homens que lideram o movimento, todos imbuídos das melhores intenções e com a indispensável capacidade de liderança que fatalmente conduzirá ao objetivo que todos desejam.

Na sequência, em 18 de julho de 1972, aconteceu outra importante reunião no CDM com as presenças de Antonio de Paiva Cantelmo, Luiz Aldori Fernandes, Izídio Perondi, Euclides Scalco, Itelvino Galvão, Deni Lineu Schwartz, Natalino Faust, Vicente de Carli, Gelindo João Follador e Aloísio Antoni. Entre outros assuntos discutidos, foram tomadas as primeiras decisões concretas a respeito da pretensa faculdade de Francisco Beltrão. Na ocasião, ficou acertado o seguinte:

1) A Prefeitura doaria CR\$ 20.000,00 (Vinte mil cruzeiros) para custear as primeiras despesas com as atividades pró-instalação da faculdade.

2) A Prefeitura doaria as primeiras carteiras necessárias.

3) A EMPRETEC assumiria a mão-de-obra para instalação da Biblioteca.

4) O Eng^o Deni Lineu Schwartz ficou encarregado de pleitear um empréstimo em dinheiro ou em móveis junto à Direção Geral do GETSOP.

5) Os Srs. Antonio de Paiva Cantelmo e Luiz Fernandes ficaram com a responsabilidade de entrar em contato com a Irmã Bárbara Zimmermann para conseguir uma sala no Instituto Nossa Senhora da Glória e ali ir centralizando os trabalhos de montagem do processo de pesquisa sobre a faculdade.

6) O prof. Itelvino Galvão ficou encarregado de abrir a conta-corrente para dar suporte às despesas iniciais, bem como providenciar o empréstimo de uma máquina fotocopiadora. Quem a emprestou foi o Sr. Antonio Raicik, dando inclusive todo o papel inicialmente gasto nas fotocópias.

7) Os professores Aloísio Antoni e Izídio Perondi deveriam ir para Palmas no dia seguinte, a fim de manter contato com o Bispo Dom Agostinho José Sartori e trazer os formulários para o processo.

8) Foi combinado o envio de um ofício a todos os Deputados Federais, participando a fundação da Faculdade de Francisco Beltrão e pedindo a inclusão na dotação orçamentária de 1973 de uma subvenção em favor do Centro Pastoral Educacional Dom Carlos e da Faculdade de Francisco Beltrão, esta em processo de implantação.

9) Foi marcada uma viagem para Passo Fundo, Ijuí e Canoas, com a finalidade de se buscarem dados e professores para a faculdade. Quem faria a viagem seriam os professores Aloísio, Ezídio, Alcides, Hermógenes, Itelvino e Gelindo.

10) Decidiu-se fazer um rodízio entre os professores para não prejudicar o funcionamento de suas escolas e para que eles não ficassem prejudicados com faltas no boletim que iria para a Secretaria da Educação.

11) O Eng^o Deni Lineu Schwartz fez um apelo no sentido de que se mantivesse sempre a unidade da Equipe, muito embora isso pudesse exigir sacrifícios e críticas.

Cabe destacar que, conforme registra o Jornal Tribuna do Sudoeste em 14 de outubro de 1972, em reportagem com Monsenhor Eduardo Rodrigues Machado sobre a implantação da Universidade do Sudoeste, este assim se pronuncia em agradecimento ao Dr. Deni Lineu Schwartz, prefeito Municipal de Francisco Beltrão:

um homem de profunda visão, um grande administrador, grande técnico que é, que não só não negou seu apoio como trabalhou de mangas arregaçadas para que a Universidade do Sudoeste do Paraná se tornasse uma realidade já no próximo ano.

Pode-se conferir através da publicação da Lei nº 401/72, publicada no Jornal Tribuna do

Sudoeste de 14 de outubro de 1972, a autorização de doação da biblioteca pública municipal ao Centro Pastoral Educacional Dom Carlos, da cidade de Palmas-PR, o qual “se destinará exclusivamente à Faculdade de Francisco Beltrão e aos cursos técnicos que se instalarem nesta cidade”.

No dia 19 de julho de 1972, os professores Aloízio Antoni e Izidio Perondi viajaram para Palmas e logo a seguir o Dr. Gelindo Folador e o professor Aloísio foram a São Paulo para contactar com a Direção das Irmãs do Sagrado Coração de Jesus para acertar o aluguel do prédio onde funcionaria a Faculdade, Colégio Nossa Senhora da Glória.

No dia 28 de julho de 1972, Izidio Perondi, Alcides Vicini e Gelindo Folador foram para Ijuí, Passo Fundo e Canoas, a fim de buscar dados sobre os Cursos de Economia Doméstica e Estudos Sociais e, possivelmente, trazer professores habilitados nessas áreas para lecionar. Segundo Lazier (2005), o Curso de Economia Doméstica surgiu em uma reunião na Câmara de Vereadores, por indicação de Frei Matias, diretor da Faculdade de Ijuí, no Rio Grande do Sul, que o sugeriu para a faculdade que estava sendo criada.

Ninguém sabia direito a respeito do Curso de Economia Doméstica. Estando a frente de todo o processo de criação da Facibel, fui até a cidade de Lorena (SP), onde funcionava um Curso de Economia Doméstica, a fim de trazer subsídios para a concretização do curso em nossa cidade.

Vale destacar que, conforme Perondi (1986), as pesquisas sobre os cursos que seriam implantados na Faculdade foram as que mais dificuldades trouxeram às comissões de trabalho, pelas seguintes razões:

a) Objetivava-se a implantação de cursos que atendessem especialmente às necessidades e aos anseios da população sudoestina, evitando-se principalmente o êxodo dos profissionais que seriam formados.

b) Paradoxalmente a isto, encontravam-se os “óbices” face às condições econômicas do Órgão Mantenedor e dos recursos humanos, especialmente no que concernia ao pessoal discente, além dos percalços e dos amarrados da legislação vigente.

c) As condições materiais, como as instalações dos cursos, biblioteca especializada, laboratórios, inexistência de prédios adequados e falta absoluta de recursos financeiros.

d) Por incrível que pareça, por questões bairristas e algumas ideias afoitas houve um atrito muito grande da equipe de trabalho de Pato Branco com a equipe de Palmas, as quais não queriam abrir mão de certos cursos, chegando até a um confronto de debates e de discussões ao ponto de se separarem quanto ao objetivo final e assim por diante.

Segundo o autor (PERONDI, 1986), todos esses fatores levaram a concluir que não seria possível realizar a seleção de cursos mais arrojados e que pudessem atender aos interesses de todos, tanto que a criação dos dois primeiros cursos, Economia Doméstica e Estudos Sociais, “custaram violentas críticas e até mesmo desprezo por muitas pessoas desinformadas”. Como registrou o Jornal Tribuna do Sudoeste (nº 219, 1972), “É provável que alguns não estejam satisfeitos com os cursos destinados a Francisco Beltrão; uns porque sonham com Medicina, outros Engenharia, outros Direito”.

Para Carlos Maes, Diretor em 1977,

nem todos gostaram da escolha dos cursos, parecia no início uma frustração, pois ninguém conhecia o curso de Economia Doméstica e o outro era de curta duração. Alguns diziam que Francisco Beltrão ficou com os cursos que ninguém queria.

Mas aos poucos a aceitação ocorreu.

Porém, como enfatizam Mior; Zotti e Pansera (2009, p.11), “a criação de cursos seguiu mais critérios relacionados a custos de implantação e manutenção, do que as necessidades comunitárias ou aspirações da clientela, o que correspondia à mesma política em nível nacional”.

No dia 8 de agosto de 1974, foi emitido pelo Conselho Estadual de Educação do Estado do Paraná o Parecer Técnico nº 072/74, sobre o Processo nº 349/74, opinando favoravelmente sobre a criação da instituição pretendida com os Cursos de Estudos Sociais e Economia Doméstica. Tal fato “por si só justificou nosso esforço na montagem de um processo de aproximadamente

180 quilos de papel e, além disso, motivou o desencadeamento de outras conquistas até o evento da Lei Municipal nº 477/74, que consolidou a Fundação Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão”, afirma Perondi (1986).

Em seguida ao parecer técnico citado, a Prefeitura Municipal solicitou ao Conselho Estadual de Educação a designação da Comissão Verificadora, a qual foi composta pelos seguintes conselheiros: Alda Aracy Moeller (Presidente) e membros professores Maria Helena Silveira Maciel (Inspetora de Ensino Superior) e Lineu Blay (professor da Universidade Federal do Paraná), na qualidade de perito. A Comissão de Verificação apresentou o relatório à Presidência do Conselho, o qual, após analisado, foi convertido em diligência para que fosse ajustado o regimento e adaptado o currículo do curso de Estudos Sociais. Cumprida a diligência o processo retornou com a complementação exigida para análise da Câmara de Ensino Superior, culminando com o Parecer 126/74 do Conselho Estadual de Educação, tendo por enunciado “Emite parecer favorável ao Funcionamento da Fundação Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão, Estado do Paraná (Curso de Economia Doméstica – Licenciatura Plena, Estudos Sociais – Licenciatura de 1º grau.

O passo seguinte foi o encaminhamento do Processo nº 476/74, objeto do Parecer 126/74, pelo Presidente do Conselho Estadual de Educação do Paraná ao Departamento de Assuntos Universitários, em Brasília, para os trâmites junto ao Ministério da Educação e Cultura e autorização do Presidente da República através de Decreto-Lei.

Percebe-se que houve muito entusiasmo em torno do fato. A sociedade queria o ensino superior, foi chamada a participar e respondeu.

A classe média-baixa não tinha R\$ para enviar os filhos estudar fora, mais o contingente de jovens que trabalhavam e tinham algum recurso. Na campanha política de 1974 saiu um panfleto sugerindo voto só em quem promettesse trazer ensino superior. O poder público teve de se comprometer (...) A partir da eleição de 1974 todos foram se engajando e trazendo mais segmentos. Os políticos viram que esta era a demanda prioritária da

comunidade naquele momento (ITAMAR PEREIRA, 2009)¹.

Para o Dr. Abdo José (2009)², que na época era Promotor de Justiça e a quem, por lei, cabia acompanhar o processo, o perfil dos engajados – tais como prefeito, funcionários, lideranças políticas, entidades e comunidade – era o de um grupo bastante eclético. As estratégias da campanha a favor do ensino superior aconteceram por meio de lideranças políticas e de muitas pessoas colaboradoras e apolíticas, que, como destaca a professora Silvia Kramer (2009), “eram pessoas imbuídas de espírito empreendedor e desenvolvimentista. Eram líderes de diversos setores com forças no âmbito educacional, político e religioso”.

No que diz respeito à participação da igreja católica na instituição é preciso considerar seu papel decisivo tanto na concepção, na montagem do processo de criação, como na própria existência da mesma. Mas vale destaque que essa influência se dá como uma forma de não permitir qualquer risco ao contexto das instituições de Palmas e ao controle dessa área de ensino no Sudoeste.

Tanto na mobilização em prol da implantação do Ensino Superior quanto na montagem dos processos e na força política para autorização de funcionamento dos cursos, junto aos órgãos educacionais competentes, a Igreja Católica teve papel de protagonista. É importante citar que a Diocese de Palmas, que reúne os municípios da região sudoeste do Paraná, previa em seu estatuto a expansão do ensino superior em toda região sudoeste (importante buscar estes documentos). É relevante também dizer que o estatuto da Fundação que mantinha a Faculdade de Francisco Beltrão mantinha um vínculo de cooparticipação com um órgão chamado CPEA (Centro Pastoral Educacional e Assistencial Dom Carlos), que reunia os objetivos de expansão, ligado diretamente à Mitra Diocesana. Tão forte foi a influência da igreja que ela conquistou para a cidade sede da Mitra duas Instituições de Ensino Superior pioneiras em toda região e

¹ Liderança Estudantil. Registros obtidos através de pesquisa de campo.

² Promotor de Justiça. Registros obtidos através de pesquisa de campo.

ainda com prerrogativas de funcionamento que jamais outra instituição conquistou, pelo menos no Paraná de que se tinha conhecimento. Esta prerrogativa, creio foi um fator que obstruiu a expansão superior em outras cidades por longo tempo, para não haver redução da demanda de acadêmicos para as faculdades de Palmas (KRAMER, 2009)³.

Nota-se que, sob motivação coletiva, a sociedade puxou o processo e não deixou por menos, incluindo dotar a instituição dos recursos materiais indispensáveis ao funcionamento inicial, como destaca Lazier (1997, p. 98).

Desde o início contamos com o apoio da sociedade. Isso ficou comprovado na arrecadação de 200 mil reis necessários para a instalação da Faculdade. Tiveram participação destacada os clubes de Serviço - Rotary e Lions - assim como a Associação Comercial e Industrial. Muitas pessoas contribuíram individualmente, doando o equivalente a uma carteira. Foi uma participação entusiasta. Muita gente entrou em ação. A batalha foi vencida. A Facibel é portanto o resultado da colaboração do povo beltronense. É uma obra coletiva.

O aparato legal coube à Prefeitura, que fez a sua parte.

4 Da aula inaugural em frente

A aula inaugural da Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão (FACIBEL) não seria o final de uma luta, em verdade seria o começo de uma nova etapa. Na noite de 05 de março de 1976, no cine Cacique, Dom Agostinho José Sartori, Bispo Diocesano de Palmas, proferiu essa aula, falando sobre o papel da universidade.

Foi o início de uma trajetória que nunca chegou a um ponto ideal em toda sua existência. O entrosamento com a comunidade foi sua marca forte, como bem registrou o depoimento de Antonio de Paiva Cantelmo:

“E, por idealizarmos uma Instituição de Ensino Superior totalmente voltada para a

comunidade e não apenas para si mesma, é que procuramos envolver, não apenas financeiramente, mas em muitos outros aspectos, todos os segmentos de nossa sociedade” (Informativo Facibel, 1986, p.10).

Embora as circunstâncias fossem difíceis na época para uma instituição isolada, a capacidade de consolidar a instituição exigia superação diária, no nível do ensino principalmente, através da capacitação de seus docentes. Como destaca o Informativo Facibel (1977), estava concluindo o curso de pós-graduação em nível de mestrado a professora Vera Lúcia Fregonese, e continuavam seus estudos de especialização os professores Sueli Beviláqua, Maurília Valderes Pezente, Telmo Luiz Fregonese e Laurindo Tondo.

Os registros de participação em eventos apontam para uma sensível percepção de professores e alunos para com os acontecimentos do entorno. Estavam atentos com participação tradicional em congressos, seminários, simpósios e encontros. Tanto que de 01 a 03 de agosto de 1977 a professora Maria da Conceição Alves e mais sete acadêmicos participaram do IV Congresso de Economia Doméstica em Viçosa – MG. Os professores Hermógenes Lazier e Vera Lúcia Fregonese, do VIII Simpósio Nacional de História, de 17 a 23 de julho, em Florianópolis – SC. Em agosto os professores Carlos Maes e Hermógenes Lazier participaram do Iº Seminário das Universidades e Faculdades do Paraná, de 13 a 14 de agosto, em Londrina.

Nota-se também que a FACIBEL, mais enfaticamente no início de seu funcionamento, desenvolveu grande esforço no sentido de uma vida social, com muito empenho em apoiar as atividades estudantis. Em abril de 1977 realizou-se Baile dos Calouros no Clube União e, em maio, o concurso para Rainha dos Estudantes, “tendo como candidata vencedora a jovem senhorita Hilda Sass” (Informativo Facibel, 1977, p. 08). A esse evento sucederam-se outras edições.

Os registros assinalam uma ação forte das lideranças estudantis. O Diretório Acadêmico atuava muito focalizado em trabalhos que viessem dar certa cobertura a todos os acadêmicos, principalmente àqueles mais carentes. Conforme declarou o presidente que tomou posse em 1º de julho de 1977:

³ Diretora da FACIBEL. Registros obtidos através de pesquisa de campo

O Diretório Acadêmico em conjunto com a Direção da FACIBEL selecionou dezenas de acadêmicos que receberão subvenção de custo, cedida pela Assembléia Legislativa através do Deputado Deni Schuartz, a importância de Cr\$ 20.000,00 e pelo DAU⁴ Cr\$ 2.000,00, que foram rateados proporcionalmente a acadêmicos carentes.

Em suma, já conseguimos tornar real muitas de suas metas:

- Já iniciamos o coral;
- Já conseguimos o refeitório, que devemos agradecer à irmã Arcélia Paese, que nos alugou a cozinha, onde será preparada e servida a alimentação a tantos acadêmicos;
- Já conseguimos, também com a irmã Arcélia, uma sala, alugada, para o alojamento feminino que sanará o problema de muitas acadêmicas.

Como se observa nas várias edições dos boletins da instituição, a extensão universitária foi sempre um ponto de destaque com diferentes áreas de relacionamento com a comunidade. No campo da cultura, o coral Facibel foi fundado em 1977 pelo Diretório Acadêmico, com o objetivo difundir a cultura, e seus componentes eram substancialmente alunos, ex-alunos e pessoas da comunidade. Chegou a contar com 65 elementos, tendo como maestro Horst Brunning, formado em música pela Universidade Federal do Paraná, auxiliado por sua esposa e pela orquestra da escola de flauta Musilar de Francisco Beltrão. Apresentou-se na maioria das cidades do Sudoeste do Paraná, em diversas cidades de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e até do vizinho país argentino.

Em 08 de abril de 1978, através de convênio com a Secretaria de Estado da Justiça, foi implantado o Programa Estadual de Assistência ao Apenado. Na oportunidade, o prefeito João Batista de Arruda distinguiu as autoridades presentes com um jantar de confraternização servido no restaurante do parque de exposições. Foi homenageado o Dr. Tulio Vargas, então Secretário do Interior e Justiça do Paraná, e a equipe do Programa Themis. O coral Facibel apresentou-se no local com vários números de seu repertório (Jornal do Iguacu, 1978). Esse

Programa, que em 23 de janeiro de 1985, através do Decreto Governamental nº 4.788, passou a ser designado de Programa Pró-Egresso, teve sua primeira sede no Colégio Nossa Senhora da Glória, mudando depois para junto ao Fórum de Francisco Beltrão. Passou em seguida para uma sala na rua Curitiba nº 1994, na sequência voltou para junto da FACIBEL na rua Maringá e, por fim, foi para uma sala na Rodoviária, permanecendo na FACIBEL até seus últimos dias no ano 2000.

Outra atividade que se evidenciou foi o Projeto PROINER (Programa Integrado de Extensão Rural), que foi uma realização em parceria com a COMFRABEL (Cooperativa Mista de Francisco Beltrão), com atuação de estagiários de Economia Doméstica, em colaboração com os técnicos da COMFRABEL e da EMATER e diversos grupos de jovens de Francisco Beltrão e Enéas Marques. A experiência bem sucedida chamou a atenção do INCRA, que quis firmar convênio com a COMFRABEL e a FACIBEL para 1980.

Essas ações de maior duração, assim como outras atividades de curta duração, marcam a centralidade da extensão em todas as áreas, repercutindo na fixação da imagem da instituição perante a comunidade.

A luta por novos cursos foi sempre uma bandeira hasteada, um ideal a ser perseguido ainda por duas décadas. A comunidade continuava atenta à questão da ampliação dos cursos e, de início, conforme expôs Carlos Maes (Informativo FACIBEL, 1977),

haverá sempre uma preferência de complementar o curso de Estudos Sociais, que é de curta duração, proporcionando desta maneira a licenciatura plena com habilitação talvez em Geografia, O.S.P.B ou História. (...) Ouvimos também algumas sugestões de criar em Francisco Beltrão um curso de Direito. Em si seria uma boa sugestão, pois é um curso que respeitamos muito. Porém, perguntamo-nos: existe realmente uma necessidade regional de se criar um curso desse tipo? (...) Outra sugestão que nos foi dada, foi a criação de um curso superior de Agronomia ou Veterinária, sendo a região especificamente agropecuária. (...) Será que precisamos mais de engenheiros agrônomos ou veterinários do que de intermediários técnicos? A falta maior de todos os setores econômicos do país é a falta de profissionais a nível técnico.

⁴ Departamento de Assuntos Universitário, órgão descentralizado do MEC para o ensino superior no Paraná.

Tendo à frente um entusiasta do ensino técnico, de formação europeia, o professor Carlos Maes em inúmeras ocasiões defendia que a região precisava também, para seu desenvolvimento, do profissional técnico. Inicia-se, então, a implantação da Escola de 2º Grau Miniguaçu, inicialmente com dois cursos técnicos – Técnico em Agropecuária e Técnico em Edificação – tendo como mantenedora a Fundação. A FACIBEL foi parte integrante de uma Fundação que, por seus estatutos, podia manter qualquer curso de qualquer nível, tanto no sistema regular como no sistema suplementar de ensino, uma vez que cabiam dentro de seus objetivos. O projeto foi entregue ao Governador Jaime Canet Júnior por ocasião da instalação do Governo do Estado em Francisco Beltrão, em audiência concedida ao Prefeito João Batista Arruda, em junho de 1977.

5 As comemorações dos dez anos

As programações alusivas ao 10º aniversário da FACIBEL realizaram-se de 25 a 31 de maio de 1986, incluindo: Congraçamento Sudoestino, Seminário Projeto Rondon, sessão solene de homenagens, jantar festivo, encontro de corais e jogos universitários.

Como assinalam jornais, textos, ilustrações e convites da época, e conforme registra a então diretora da instituição, professora Silvia Kramer, na apresentação do Informativo Facibel, Edição Comemorativa dos 10 anos, “a Facibel tem procurado ser não apenas uma casa de formação de profissionais, mas também um centro de irradiação de fraternidade, de espírito público, para que daqui saiam novas lideranças, tão necessárias para o Brasil que ressurgiu, há pouco, convocando todos à participação política”.

Vários depoimentos foram registrados nesse boletim, que mostram como a comunidade sentia a sua Instituição de Ensino Superior. Nesse sentido, assim escreveu Vicente de Carli, presidente da Cooperativa Mista Francisco Beltrão Ltda., que em 1972 integrou a equipe que trabalhou no primeiro processo para a criação do ensino superior em Francisco Beltrão:

Uma Instituição de Ensino Superior deve ter, como objetivo básico, procurar revelar

o espírito empreendedor e criativo de uma região e de seu povo. Perseguindo essa linha, a ação do ensino universitário muda a faceta de qualquer cidade ou região. É uma irreversível dinâmica, que revela valores, burila-os e faz com que essas potencialidades trabalhem para melhorar as condições sócio-econômico-culturais de sua comunidade. Assim foi e continua acontecendo com a FACIBEL ao longo desses dez anos.

O mencionado boletim também sublinha a forte atuação da décima diretoria do Diretório Acadêmico Bárbara Zimmermann, evidenciando o depoimento do seu presidente, Tarcisio Carlos Bonetti, o qual destaca os objetivos da representação estudantil, que busca realizar a organização da classe estudantil, representação, consciência crítica e desejo de mudanças.

Dois ilustres personagens da história política de Francisco Beltrão deixaram sua mensagem no boletim comemorativo. Antonio de Paiva Cantelmo, ex-prefeito por duas vezes, criador da FACIBEL em 1974, assim se expressou:

Por entender que a cultura, no seu todo, é a mola mestra do progresso e componente indispensável ao desenvolvimento de uma nação e de seu povo, foi que idealizamos nos idos de 1972 e nos unimos a todos os segmentos de nossa sociedade em busca de recursos e apoio para a criação e instalação de Curso Superior em nossa cidade.

Guiomar Jesus Lopes, prefeito municipal na época, disse:

A FACIBEL caminha junto com o Sudoeste, graças à filosofia e à política de trabalho implantadas pelas direções que nestes anos comandaram os destinos deste estabelecimento de ensino superior.

O que se evidencia nessa edição especial é o respeito e o reconhecimento do esforço de todos que estiveram, de alguma forma, envolvidos com a instituição FACIBEL, incluindo Euclides Scalco e Deni Lineu Schwartz, ilustres figuras da vida pública local no passado, que no momento dos dez anos ocupavam elevados cargos na nação, mas que “sempre estiveram presentes nos momentos decisivos da instituição”.

O caminhar juntos e o apoio incondicional estão muito evidentes em todas as falas.

Vale destacar que, embora a ocasião fosse de comemoração, o apelo forte em torno da FACIBEL continuava mantido, como se observa na seguinte frase: “Quando convocado responda presente e faça-se disponível” (Informativo Facibel, 1986, p.10).

6 Em busca de sede própria

De início a FACIBEL foi alojada em prédio alugado, depois se transferiu para prédio próprio, construído pela Administração do prefeito João Arruda no bairro Miniguaçu.

Na mesma ocasião da instalação do Governo do Estado em Francisco Beltrão, Jaime Canet Júnior prometeu solenemente ao prefeito uma boa contribuição à sede da Faculdade, a ser construída pela Prefeitura numa área próxima ao Parque Municipal Miniguaçu (...)” (Informativo Facibel, 1977). Logo em seguida foi feita a construção de dois blocos, totalizando 1.700 m²; e, em 1981, a FACIBEL está em seu próprio espaço, podendo dar prioridade ao projeto de expansão.

A FACIBEL avançou, criou mais dois novos cursos em 1985, Geografia e Ciências Econômicas, iniciou sua trajetória na pós-graduação *lato-sensu* e o prédio, com dois blocos em alvenaria, foi ficando insuficiente para as atividades da comunidade acadêmica. A demanda por espaço físico passa a ser alimentada junto ao executivo municipal e no dia 30 de outubro de 1987, com a presença do governador Álvaro Dias, no bairro Vila Nova foi inaugurada a nova sede, com 3.066 m². A administração do prefeito Guiomar Lopes, que já havia definido essa obra em seu programa de governo, constrói o primeiro bloco previsto, que exigiu recursos da ordem de sete milhões de cruzados (moeda da época). Esse seria o primeiro de um projeto mais amplo, como destacou o então prefeito:

O projeto prevê ainda a construção de um anfiteatro, cujas obras deverão ser iniciadas ainda neste ano, e a construção de outros dois blocos, compromisso que deverá ser assumido por outras administrações (Boletim Informativo, Edição Especial, 1987).

Conforme registra a citada edição, se havia entusiasmo com a entrega do novo prédio, este

estava longe de ser um cartão postal. Para alunos e professores, essa conquista representava um motivo a mais para pensar mais longe em termos de qualidade, ensino público e gratuito, novos cursos. Assim se expressou Marcia F. Becker, aluna do IV período de Geografia:

Esse novo espaço físico, o qual recebeu a comunidade acadêmica da Facibel, merece nosso aplauso e questionamento. (...) Aplauso à sua arquitetura capaz de suportar um número maior de alunos (...) e possibilitar outros meios necessários à nossa formação. No entanto, esperamos que as mudanças transcendam o físico e que gradualmente englobem o aspecto pedagógico. Que assim como foi possível criar condições para ampliar suas dependências, a Facibel possa também ampliar as condições de seu corpo docente (...)

A vontade de fazer, de melhorar, de expandir era uma marca muito forte no meio acadêmico, e era expressa nas propostas e nas ações e reivindicações, como se percebe nas palavras de Vilmar Reichembach, na época acadêmico e representante regional da União Paranaense de estudantes – UPE:

A meta final é ensino público e gratuito em todos os níveis e com possibilidade de acesso de todos que desejarem. Esse é um débito da União, onde estão concentrados o poder político e o poder financeiro. Para essa conquista se requer luta persistente e intransigente, de forma organizada e continuada, assim temos absoluta certeza que a vitória final virá e com ela um povo mais esclarecido e um país mais independente.

Outras falas enfocam aspectos semelhantes:

Só acredito num meio de transformar o desenvolvimento da sociedade brasileira: a Educação. Vejo a Facibel como formadora de uma nova modalidade. É necessário que ela realmente o seja e cada vez mais trabalhe neste sentido. Centro de cultura que é, deve cada vez mais desenvolver a pesquisa científica e sociológica, colocando-a a serviço, especialmente, do sudoeste do Paraná” (Mirna Pécoits - professora de Sociologia da Facibel).

Com o novo prédio, a Facibel pode reivindicar a implantação de novos cursos (...) Não podemos esquecer também a estadualização. (Amauri Roberto Bonissoni – aluno).

É preciso avançar ainda mais, por exemplo, é tempo de pensar de estadualização da Facibel (...). Agora vamos somar forças para conquistar outros benefícios. (Jacy Gubert – aluno de Ciências Econômicas).

É um grande passo a inauguração do novo edifício, mas sem dúvida um incentivo para darmos um passo bem maior na busca de um crescimento que leva à estadualização, à implantação de uma universidade, coisa que até pode ser difícil, mas não impossível (Itamar Martins Pereira – Presidente do DABZ).

Havia um propósito coletivo. A expressão de professores e alunos era uníssona, era preciso avançar mais. O papel social da Facibel era reconhecido, mas todos estavam imbuídos do propósito de evoluir, sabiam da necessidade de ir além no sentido da qualidade do ensino, no desenvolvimento da pesquisa, na criação de novos cursos e na conquista do ensino público. As bandeiras eram muitas e muitos eram seus defensores.

Em nível local, havia uma visão compartilhada construída por meio de diálogos ao longo do tempo, à medida que as pessoas enfrentavam desafios juntas. As instituições são sistemas nos quais os sujeitos colaboram ativamente, conscientes ou não, e na Facibel percebe-se que havia uma cultura organizacional que remete à história da fundação da organização, no que se refere aos valores compartilhados. Um sistema de significados compartilhados por todos, que constituía o modo institucionalizado de pensar e agir. O convívio entre funcionários e professores forjou um aprendizado cultural, fazendo com que todos se envolvessem continuamente e de forma progressiva. Dessa forma, pelo tempo de compartilhamento por todos, maior foi sua influência tanto nos pensamentos quanto nas percepções e até mesmo nos sentimentos de todos.

A cultura existente, embora com algum grau de dificuldade, era composta por indivíduos capazes de entender e aptos a modificar o ambiente onde atuavam. É de se pensar também se essa inquietude, manifestada principalmente pelos jovens, não estaria relacionada com um momento novo que o Brasil vivia depois de um tempo de um regime controlado, fechado. Os jovens sabiam com clareza o que queriam e pareciam ter pressa na sua busca.

Um fato positivo para a instituição foi a postura e a ação visionária do prefeito da época Guiomar Lopes, que pode ser evidenciada em seu depoimento na edição especial do informativo: “Temos, por reiteradas ocasiões, afirmado que nenhum município, nenhum país obterá um crescimento ordenado, um progresso que distribua o bem estar sem que invista no setor educacional.” Sua atitude arrojada seria também decisiva em fatos futuros.

7 A busca pela estadualização

A tentativa inicial na primeira gestão do Prefeito Guiomar Lopes foi buscar a incorporação da FACIBEL pelas Faculdades de Palmas, através do CPEA – Centro Pastoral Educacional e Assistencial Dom Carlos. A incorporação seria o caminho mais curto visando à criação de uma futura Universidade do Sudoeste (ABDO JOSÉ, 2009)⁵.

No início houve uma efetiva participação financeira do município nos custos institucionais, com dotação orçada e executada anualmente. Porém, com o passar do tempo a dotação foi diminuindo, por vezes até era orçada, mas não executada, dependendo da sensibilidade ou priorização do chefe do executivo para com o ensino superior.

Quando a FACIBEL completou dez anos houve um movimento forte pró-estadualização. Houve promessas, porém nada se concretizou. A comunidade acadêmica (docentes e discentes) estava mobilizada, muitas discussões, muitos encontros, porém não evoluiu (...) Na verdade, havia contestação da situação, porém não força suficiente, pressão organizada, com expressão numérica de pessoas (estudantes, professores, políticos, religiosos e sociedade em geral), reivindicando o avanço, querendo mais oportunidade (novos cursos), querendo novas instituições (sobretudo públicas) (KRAMER, 2009)⁶.

⁵ Promotor de Justiça e curador geral da Fundação mantenedora. Registros obtidos a partir de pesquisa de campo.

⁶ Professora e por duas vezes Diretora da Fundação mantenedora. Registros obtidos a partir de pesquisa de campo.

A ideia primeira de instituição pública foi lançada em 1986, em Francisco Beltrão, quando Álvaro Dias, em campanha para governo do Estado, na presença de um numeroso grupo de discentes que foram dispensados para presenciar seu discurso, foi questionado sobre a possibilidade de transformar a FACIBEL em uma instituição estadual. Essa ocasião passa a ser o marco de um encadeamento de fatos em busca do ensino superior público.

A Constituição de 1988 agravou a situação no que tange ao repasse de recursos, ao determinar que cabia ao município arcar prioritariamente com o ensino fundamental.

8 A UNIVALE : a aventura histórica de se criar uma universidade pública

A ideia acalentada do ensino superior público tomou corpo quando da elaboração da Constituição Estadual, no ano de 1989. A comissão pró-universidade contava inclusive com a adesão da forte representação política do Sudoeste, composta pelos Deputados Nereu Masignan, Haroldo Ferreira, Caito Quintana, Ademar Traiano, João Arruda, Nilso Sgurezi e Ovídio Constantino, que buscaram ampliar o leque de apoio para garantir a inclusão da lei máxima estadual.

A movimentação pelo ensino superior público e gratuito na época era uma ação constante, porém a maior aconteceu na década de 90, quando se tentou criar uma Universidade Estadual Regional (UNIVALE).

Este movimento mobilizou todos os segmentos organizados da sociedade, envolveu os prefeitos e vereadores do sudoeste todo, houve aprovação pelo governo, o processo de eleição da primeira direção estava prestes a acontecer, quando fomos surpreendidos pela suspensão do processo pelo Conselho Estadual de Educação. No âmbito do executivo municipal, havia grande interesse em encontrar um caminho mais sólido para o ensino superior, conquistar uma universidade para a região ainda desprovida. Políticos estaduais e federais demonstravam pouca garra em lutar por esta finalidade. Havia ainda um paradigma para derrubar, o freio da expansão do ensino superior distante dos centros urbanos, o que só aconteceu a partir da década de 90. Acreditavam os conselhos competentes e o

próprio executivo estadual, que expressou isso sem nenhum rodeio perante professores e acadêmicos, que não valeria a pena investir em faculdades com estrutura física e humana de pouca qualidade (KRAMER, 2009)⁷.

A Univale englobaria então, além da Facibel de Francisco Beltrão e a Funesp de Pato Branco, duas faculdades da cidade de Palmas e mais duas de União da Vitória, uma estadual e outra municipal. A cidade de União da Vitória, conforme escreveu o Prof. Carlos Maes, viria a contribuir ainda mais com o processo, visto que sua faculdade estadual lhe dava gabarito e experiência nessa luta. Mas o processo começou a sofrer revés quando foi iniciada a discussão sobre a sede da reitoria e também sobre a escolha do reitor. Apesar de tudo, a Constituição do Estado do Paraná, promulgada em 05 de outubro de 1989, surge como o primeiro grande momento da retomada do projeto de regionalização do ensino superior.

Promulgada a Constituição Estadual, os dispositivos que criaram a UNIVALE passariam a desencadear intenso movimento no campo da educação superior no Sudoeste do Paraná, no sentido de fazer o processo andar. Os integrantes da comissão foram incisivos nessas etapas, houve muitas viagens e reuniões, num intenso vai-vem entre as cidades envolvidas.

Através do Decreto Estadual nº 6664, de 29 de março de 1990, foi instituída a Comissão para coordenar as atividades necessárias ao planejamento, à estruturação do projeto e à implantação da Fundação Universidade Estadual do Vale do Iguaçu – UNIVALE, nos seguintes termos:

Art. 1º - Fica instituída Comissão com a incumbência de coordenar as atividades necessárias ao planejamento, à estruturação do projeto e à implantação da Fundação Universidade Estadual do Vale do Iguaçu - UNIVALE, assim constituída:

I - pelos diretores da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória; Faculdade Municipal de Administração e Ciências Econômicas de União da Vitória; Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e Faculdades Reunidas de Administração,

⁷ Registro obtido a partir de pesquisa de campo.

Ciências Contábeis e Ciências Econômicas de Palmas; Faculdade de Ciências e Humanidades de Pato Branco e Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão;

II - por membro representante da Associação dos Municípios do Sul do Paraná - AMSUL-PAR, e por membro representante da Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná - AMSOP;

III - por um membro representante da Associação das Câmaras Municipais do Sul do Paraná - ACAMSUL, e por um membro representante da Associação das Câmaras Municipais do Sudoeste do Paraná - ACAMSOP;

IV - pelos presidentes da Fundação de Ensino Superior de Pato Branco, da Fundação Faculdade de Ciências e Letras de Francisco Beltrão, da Fundação Faculdade Municipal de Administração e Ciências Econômicas de União da Vitória, e pelo representante da mantenedora das Faculdades: de Filosofia, Ciências e Letras e Faculdades Reunidas de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas de Palmas;

V - por um representante do Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico;

VI - por um representante estudantil indicado pelos Diretórios Acadêmicos das Faculdades.

Dessa forma, a representante da Fundação Faculdade de Ciências e Humanas de Francisco Beltrão foi a sua diretora, professora Sílvia Ana Kramer.

Seguindo a ordem dos procedimentos, a Assembleia Legislativa aprovou e o governador Álvaro Dias sancionou a Lei Estadual nº 9484, de 17 de dezembro de 1990, publicada no Diário Oficial nº. 3413, de 18 de dezembro de 1990, em que foi instituída a Fundação Universidade Estadual do Vale do Iguaçu - UNIVALE, com sede e foro provisórios na cidade de Palmas, cujo teor foi fixado:

Art. 1º. Fica instituída a Fundação Universidade Estadual do Vale do Iguaçu - UNIVALE, com sede e foro provisórios na cidade de Palmas, Estado do Paraná, entidade mantenedora das seguintes instituições de ensino superior:

I - Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória;

II - Faculdade Municipal de Administração e Ciências Econômicas de União da Vitória;

III - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Palmas;

IV - Faculdades Reunidas de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas de Palmas;

V - Faculdade de Ciências e Humanidades de Pato Branco;

VI - Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão.

Parágrafo único. A sede provisória da Fundação Universidade Estadual do Vale do Iguaçu - UNIVALE será na cidade de Palmas, Estado do Paraná, sendo que no prazo de 1 (um) ano após a entrega do relatório final da Comissão de Implantação, que se dará até o dia 29 de março de 1991, a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, através de levantamento efetuado pelo IPARDES, escolherá a sede definitiva, utilizando critérios nas seguintes áreas:

- 1 - Social
- 2 - Econômica
- 3 - Educacional
- 4 - Geográfica.

Até então sem entrave algum, tanto no plano das instituições envolvidas como no plano político, a comissão de implantação trabalhava incansavelmente, com reuniões em todas as cidades, envolvendo lideranças, e o processo seguia em frente. Porém, sobre a definição da sede em Palmas, soube-se que durante a elaboração da minuta da Lei Estadual nº 9484, houve nos bastidores da SETI uma tentativa de União da Vitória resgatar para si tal prerrogativa, ocasião em que Palmas e Francisco Beltrão se articularam e reverteram os termos do documento. Também Pato Branco, a partir desse fato, ficou “com um pé atrás”, atento às manobras a que o processo era suscetível.

Em 17 de dezembro de 1990 o governador Álvaro Dias aprova o Estatuto da UNIVALE, o qual contém, dentre seus termos, os seguintes artigos:

Art. 1º- A Fundação Universidade Estadual Vale do Iguaçu – UNIVALE, instituída nos termos do Art. 59 dos Atos das Disposições Transitórias da Constituição do Estado do Paraná, de 05 de outubro de 1989, e da Lei nº 9.484, de 17/12/90, é entidade da administração indireta do Poder Executivo Estadual, voltada ao Ensino Superior, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com

autonomia didático-científica-administrativa e de gestão financeira e patrimonial nos termos da Lei e do Estatuto, com prazo de duração por tempo indeterminado, com sede e foro provisórios na cidade de Palmas, Estado do Paraná, regendo-se por este Estatuto e pela legislação pertinente.

(...)

Art. 14 - A Fundação manterá inicialmente 06 (seis) Faculdades referidas no Art. 3º, cujas mantenedoras incorporaram seus patrimônios, devendo após a autorização ou reconhecimento manter a Universidade Estadual do Vale do Iguaçu, resultante da integração das referidas Faculdades, que constituir-se-ão em Centros Universitários, em seus respectivos municípios.

Art. 15 - A Universidade terá por finalidade:

I - ministrar educação geral de nível superior, formando cidadãos responsáveis, empenhados na procura de soluções democráticas para os problemas nacionais;

II - preparar profissionais e especialistas altamente qualificados em todos os ramos do saber, capazes de promover o desenvolvimento social, pela aplicação dos recursos da ciência e de tecnologia;

III - congregar mestres, cientistas, técnicos e artistas e assegurar-lhes os necessários meios materiais e as indispensáveis condições de autonomia e de liberdade para se devotarem à aplicação do conhecimento, ao cultivo das artes e a sua aplicação a serviço do homem.

Art. 16 - A Universidade empenhar-se-á no estudo dos problemas relacionados ao desenvolvimento econômico social e cultural da Região, do Estado e do País, colaborando com as entidades públicas e privadas para tal objetivo.

A definição da sede provisória para a cidade de Palmas desencadeou uma certa quebra de confiança entre os integrantes da comissão, articulações isoladas encontraram eco na manifesta indisposição do novo governo eleito que, como escreveu Carlos Maes (1999, p.2), “não media palavras para afirmar que, se dependesse dele, a Univale não sairia”.

Como destaca Biavati (2009)⁸,

“a Univale nasceu no fim do mandato do governador Álvaro Dias e o compromisso com a universidade era do seu governo, mas o próximo governador não reconheceu esse feito, dando prioridade às universidades já existentes e à escola básica do Estado. Por outro lado, acredito que faltou mais união do sudoeste para que a Univale fosse realidade.”

O desinteresse do governo do Estado, aliado à disputa de espaços entre os atores envolvidos, passa a desgastar o esforço organizado.

Pela Lei 9663, de 16 de Julho de 1991, publicada no Diário Oficial nº. 3555, de 16 de julho de 1991, o governador Roberto Requião transforma em autarquias as fundações mencionadas e, dentre estas, inclui a Univale.

A princípio o processo parecia andar, como confirma a aprovação da Lei Estadual 9896, de 08 de janeiro de 1992, que transforma a Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio em Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia – SETI, e vincula a Univale à SETI.

Art. 4º - Passam a vincular-se à Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia:

I - as entidades autárquicas de ensino superior:

- a) Universidade Estadual de Londrina;
- b) Universidade Estadual de Maringá;
- c) Universidade Estadual de Ponta Grossa;
- d) Universidade Estadual do Oeste do Paraná;
- e) Universidade Estadual do Centro-Oeste;
- f) Universidade Estadual do Vale do Iguaçu;
- g) Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana;
- h) Faculdade Estadual de Educação Física de Jacarezinho;
- i) Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho;
- j) Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro;
- l) Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras; de Cornélio Procópio;
- m) Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá;

⁸ Liderança Estudantil. Registro obtido a partir de pesquisa de campo.

- n) Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão;
- o) Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí;
- p) Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória;
- q) Escola de Música e Belas Artes do Paraná;
- r) Faculdade de Artes do Paraná;
- II - o Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR;
- III - a Minerais do Paraná S/A - MINEROPAR;
- IV - a Companhia de Processamento de Dados do Paraná - CELEPAR.

Também o Decreto nº 1487, de 23 de julho de 1992, publicado no Diário Oficial Nº 3811, de 23/07/92, inclui a UNIVALE no Conselho de Dirigentes de Instituições de Ensino Superior – CODINES, como revelam os termos seguintes:

Art. 1º - A Universidade Estadual do Centro Oeste - UNICENTRO e a Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, enquanto não forem reconhecidas pelo Conselho Estadual de Educação, serão representadas junto ao Conselho de Dirigentes de Instituições de Ensino Superior - CODINES, pelos seus Diretores-Presidentes.

Art. 2º - A Universidade Estadual do Vale do Iguaçu - UNIVALE, em fase de implantação, será representada junto àquele Conselho pelo Presidente da Comissão instituída pelo Decreto nº 6.664, de 29 de março de 1990.

Através de uma sequência de atos da presidente da Comissão de Planejamento, Estruturação e Implantação da Univale, representada pela professora Madalena M. Mergen Lima, e da presidente da Comissão Eleitoral da Univale, professora Neide Bellandi, foi desencadeado o processo para eleição do diretor presidente e vice-presidente da instituição, adotando critérios para consulta à comunidade acadêmica. Todos os passos foram informados à SETI, e confirmados na Informação nº 325/92-CES/SETI. Cumpridos os procedimentos de publicação de editais, inscreveram-se e foram homologadas duas chapas: a) Chapa AVANÇA UNIVALE, tendo como candidatas a diretor presidente a professora Silvia Ana Kramer e a diretor vice-presidente o professor Raulino Bortolini. b) Chapa UNIVALE URGENTE, tendo como candidatos a diretor presidente o professor Jairo Clivatti e a diretor

vice-presidente o professor Willian Cesar Pollo-nio Machado.

Porém, não obstante a SETI estar permanentemente informada de todos os movimentos de avanço, como comprova o Ofício nº 900/92 – CES/GAB/SETI, de 04 de novembro de 1992, surpreendentemente, após iniciada a campanha eleitoral, o Secretário Adhail Springer Passos suspende as eleições, alegando a necessidade de “compatibilização das ações da Comissão e da Secretaria” com os estudos em andamento, abrangendo aspectos da implantação.

Todos os passos que sucederam o momento constituinte foram cumpridos no sentido de se consolidar uma passagem histórica que envolvia momentos distintos: 1º) de instituições isoladas para universidade; 2º) de educação privada para educação pública; 3º) de ensino pago para ensino gratuito; e 4º) de fundação de direito privado para autarquia. O destino da futura universidade permaneceu nas mãos dos membros das fundações educacionais e, transcorrido o mandato do governo Requião (1991-1994), não obstante uma mobilização intensa da comissão, o processo não teve avanço. Embora se observe em seus atos certo reconhecimento da existência embrionária da Univale, esse governo não foi sensível aos apelos; opondo-se à expansão do ensino superior no Estado, não deu um passo para concretizar os avanços conquistados e legalizados.

No ano de 1994, o então governador em exercício Mário Pereira, (Requião havia se afastado para concorrer a uma vaga de senador), através da Lei nº 11.020/94, autorizou repasse financeiro à FACIBEL até sua efetiva estadualização. Nessa ocasião foi importante a participação do Deputado Caíto Quintana. Através de convênios anuais os recursos complementavam a receita da instituição e garantiam a gratuidade no ensino para aquele ano letivo. Mas a ajuda fixada ficou cada vez mais insuficiente e a cada ano se repetia a necessidade de firmar novo convênio e manter ao menos a folha de pagamento da instituição.

As reversões ocorrem na dinâmica da história. As continuidades e descontinuidades efetivamente fizeram com que a estadualização caísse no descaso, e assim findou um processo legítimo, em que todas as forças se articularam. Comunidade interna (acadêmicos, professores e

funcionários), toda comunidade externa, através de segmentos organizados, todas as instituições envolvidas, pessoas isoladamente conheciam e defendiam a causa. Era também bandeira, para

não dizer de todos, mas de alguns políticos sensíveis e atentos ao processo de mobilização social.

À mercê de governos que, como no contexto descrito, nem sempre reconhecem lutas participativas e arduamente travadas para garantia de causas entendidas como justas em prol das transformações de toda uma região, cada instituição segue seu caminho, mas não resignada.

O Sudoeste continua a destoar do cenário paranaense quanto à existência de ensino superior público e gratuito, e isso incomoda as forças sociais que querem igual tratamento à população. As lideranças de Pato Branco buscam o “Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico”, criado em 1990 pelo Governo Federal, que permitiu a descentralização do então Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET-PR) para o interior do Estado. A partir do processo de descentralização dos CEFET’s ocorreu uma mobilização para trazer a primeira instituição pública para a região, inaugurada em 1993, e que, no ano seguinte, incorpora a Fundação de Ensino Superior de Pato Branco - FUNESP.

A FACIBEL mantém sua bandeira de estadualização hasteada e, fortemente apoiada pela comunidade acadêmica, busca reciprocidade para suas iniciativas junto às lideranças, resgatando sua capacidade de organização social.

9 A FACIBEL busca a alternativa de se vincular a uma universidade pública

Em 1995 Jaime Lerner assume o Governo e a faculdade busca agora uma articulação política que lhe garanta maior sucesso. Como um campus vinculado a uma das universidades, Unicentro ou Unioeste, até poderia ser considerado simples. Era um campus pequeno, não haveria grande ônus para o estado, porém havia um panorama adverso: estadualizar estava na contramão da tendência da época, que era de privatização; os ideais liberais emergiam

com força mediante políticas que postulavam o *Estado mínimo* sob orientação de organismos financiadores internacionais.

Nesse percurso, as medidas que regem as políticas de bem-estar social, como educação e saúde, foram atingidas fortemente. No Paraná, os ditames neoliberais sopravam fortemente, sacudindo para-estatais importantes, como foi o caso da COPEL e da SANEPAR ou da concessão de rodovias à iniciativa privada, fatos que exigiram grandes articulações políticas. As reversões, contudo, ocorrem na dinâmica da história, e foi preciso muita energia e desprendimento para a luta que ocorria na contramão dos ajustes estruturais do estado.

Em uma reunião com as principais lideranças políticas, empresariais e estudantis, realizada no mês de agosto de 1997, ficou escolhido como interlocutor da causa da estadualização o Dr. Deni Schwartz. A ele caberia buscar, através da boa relação pessoal mantida com o governador Jaime Lerner, uma saída para manter a instituição com seus quatro cursos funcionando gratuitamente.

Em setembro de 1998, uma comissão de professores ficou encarregada de ir ao referido interlocutor, para pedir seu apoio. Para isso foram designados os professores Simone Pucci Mattos, Nilsa Maria Canterle, Telmo Fregonese, Luiz Carlos Niederheitmann, Neide Bellandi e a funcionária Noemi Granzotto Werllang. Acertada a data, em uma das estadas do Dr. Deni em Francisco Beltrão, a reunião foi realizada na casa de seu irmão, Sr. Ademir Schwartz. É importante destacar que o interlocutor a quem se pedia apoio, em uma palestra realizada na FACIBEL, em abril de 1997, teria ressaltado a importância do anel de integração para o Estado do Paraná e a “ousadia de privatizar as rodovias”. Por outro lado, em seu compromisso com o ensino superior local se inscrevia, ainda, a origem do mesmo.

Nessa nova fase, como destaca Abdo José (2009)⁹, o poder político local e o Prefeito Municipal, acompanhados de pessoas de grande influência sobre o Governador Jaime Lerner, uniram-se numa combinação de forças empenhadas em projetar um sentido de futuro à FACIBEL, desprovido de qualquer proveito

⁹ Registros obtidos a partir de pesquisa de campo.

político. O prefeito Guiomar Lopes sabia que todo o esforço tinha uma razão de ser, ou seja, a transformação da instituição que tinha por mantenedora a Prefeitura Municipal.

Continuando sua luta individualmente, sempre ombreada pela comunidade acadêmica e pela sociedade local e regional organizada e representada pelos seus diversos segmentos, que jamais assimilaram a ideia do Sudoeste discriminado das demais regiões do Estado do Paraná, no que se refere ao ensino público de 3º grau, vários fóruns de debates e discussões aconteceram com o objetivo de encaminhar uma proposta que fosse viável para o Governo do Estado e que trouxesse garantias de estabilidade e crescimento para a Facibel.

Nessas discussões, três alternativas foram levantadas:

1 - A vinculação da Facibel a uma Universidade já consolidada, Unioeste ou Unicentro.

2 - A criação de uma Fundação Regional Comunitária.

3 - A estadualização de forma isolada.

Esgotadas todas as discussões, a sociedade organizada e a comunidade acadêmica votaram a favor da primeira alternativa, ou seja, a vinculação a uma Universidade já consolidada, por entender que:

a) seria o caminho mais curto, mais seguro e menos burocrático;

b) seria uma forma de obter garantia da gratuidade;

c) seria uma forma de crescer e multiplicar os benefícios já realizados pela Facibel;

d) seria a possibilidade de realizar a pesquisa e a extensão, atividades ainda embrionárias na Facibel;

e) seria a possibilidade de dar um salto de qualidade para o desenvolvimento regional, dando uma resposta aos diversos públicos, fazendo jus a isso pelo seu esforço e trabalho.

Em 28 de junho de 1996, o Governador Jaime Lerner, quando em visita a Francisco Beltrão e perguntado sobre a Facibel, respondeu no microfone: “Decidam qual a Universidade que querem se incorporar e mandem os documentos que eu assino”.

Havia uma articulação da comunidade acadêmica (professores, alunos e funcionários)

em torno das mudanças que se faziam necessárias à instituição. Esses segmentos, “através de decisões tiradas em assembleia ou categorias mobilizavam as autoridades e a sociedade. Professores e funcionários abriam mão dos direitos sociais em troca da estadualização da instituição” (JOÃO ANDRADES, 2009)¹⁰.

Em 09 de agosto de 1996, em reunião da Congregação, órgão máximo da Faculdade, ficou entendido que as duas Universidades, Unicentro e Unioeste, seriam instituições viáveis para atender aos anseios da comunidade, por vontade já manifestada por ambas. Contudo, embora houvesse uma história de parceria consolidada na pós-graduação e no próprio vestibular, cujas provas eram realizadas pela Unicentro, alguns destaques fizeram com que a Unioeste saísse vitoriosa na hora da votação, cujo placar foi o seguinte: incorporação à Unioeste – 23 votos; incorporação à Unicentro – 15 votos e 2 abstenções.

Como observa o professor Carlos Maes (1999), os aspectos citados pelos membros da congregação que justificaram a vinculação à Unioeste e puxaram a decisão foram:

a) semelhança na colonização e origem do povo;

b) semelhança na identidade cultural;

c) semelhança na base econômica centrada no setor primário e que se potencializa também no setor secundário pela forte presença da agroindústria;

d) experiência da Unioeste na administração “multicampi”.

Ao serem tratadas as questões ligadas à vocação regional, no que diz respeito à expansão, as dificuldades seriam minimizadas, pela identidade que o sudoeste tem em relação ao oeste.

Uma vez definido o rumo, articulações são desencadeadas no sentido de sensibilizar as lideranças com poder decisório para agilizar o processo, ao nível de Governo do Estado. Nessa fase, era parte da base governista o Deputado Estadual Ademar Traiano, o qual teve grande participação na articulação política da

¹⁰ Professor e Presidente da Associação dos Funcionários e Professores da FACIBEL à época da incorporação da FACIBEL à UNIOESTE. Registros obtidos a partir de pesquisa de campo.

mantenedora, no caso a prefeitura municipal, junto ao governo do Estado.

Os contatos com a reitoria foram intensificados e, em 17 de dezembro de 1996, o Conselho Universitário da Unioeste aprova a criação do campus de Francisco Beltrão, conforme a Resolução nº 022/96-COU, e passa a orientar o processo de incorporação junto à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI.

Nesse sentido, cabe registrar um aspecto que, destarte as costuras políticas, foi significativo, pois não entrou um encaminhamento repleto de elementos espinhosos.

Um aspecto muito importante que merece relevância foi a abertura do Conselho Universitário (COU) da UNIOESTE, liderado pelo seu presidente, reitor prof. Erneldo Schallenberger e a prof^a Norma Viapiana, vice-reitora. Esta abertura, que possibilitou a criação de mais um Campi, o de Francisco Beltrão, foi fundamental para que a incorporação acontecesse. Não fosse a liderança do professor Erneldo na condução desta intermediação, certamente a incorporação não teria acontecido com tanta tranquilidade. Ao mesmo tempo em que a incorporação de Francisco Beltrão viria para fortalecer a UNIOESTE com mais uma unidade, significou um peso em termos de distribuição dos recursos advindos do estado para sua manutenção (SILVIA KRAMER, 2009)¹¹.

Como ponto inicial de partida, a SETI encaminhou proposta de emenda à Constituição do Estado do Paraná suprimindo o seu Artigo 59 e Parágrafo Único, do Ato das Disposições Transitórias, que previa a implantação da Univale, da qual a Facibel até então fazia parte.

Em seguida o Governo do Estado elaborou o Projeto de Lei que enviou à Assembleia Legislativa para autorização do executivo a instituir o Campus de Francisco Beltrão na Unioeste, mediante incorporação da Facibel, providenciando a criação de 76 cargos públicos de Professor de Ensino Superior para compor o Quadro de Pessoal Docente e 53 cargos de Agente Universitário para compor o Quadro de Pessoal Técnico-Administrativo do campus. A Assembleia Legislativa, através da Lei Estadual

Nº 12.235, de 23 de julho de 1998, autoriza, nos termos da proposta governamental publicada no Diário Oficial do Estado sob nº 5299, de 24 de julho de 1998, o Poder Executivo a incorporar a Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão à Universidade Estadual do Oeste do Paraná, e adota outras providências.

Todos os passos legais foram seguidos, culminando com a assinatura do Decreto nº 995, de 23 de junho de 1999, pelo governador Jaime Lerner, instituindo o 5º Campus da Unioeste em Francisco Beltrão.

No ano 2000 o novo campus funcionou em caráter emergencial, através de termo de cooperação financeira entre a FUNDESBEL, mantenedora da Facibel, e a Unioeste, com recursos financeiros repassados pela SETI - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná, com vistas ao funcionamento dos cursos de 3º grau ministrados no campus da Unioeste em Francisco Beltrão. Todos os cargos de chefia do campus foram designados “pró-tempore” pela reitoria.

10 O papel transformador da FACIBEL em seu momento histórico

Ao resgatar-se a efetiva contribuição da FACIBEL como geradora de mobilidade social e capacidade de transformação, a partir da pesquisa, obteve-se a informação de que a clareza, o valor e utilidade reconhecidos nortearam a expectativa da sociedade e a criação de uma consciência em relação ao futuro da mesma, mesmo que num tempo por demais lento, como observa Silvia Kramer (2009)¹²:

Foram necessários 25 anos para que houvesse um “acordar” da região para uma evolução significativa. A bem da verdade, a estagnação era nacional, associada a falta de união e luta regional em torno da questão causou esta morosidade. Sentia-se nitidamente as lutas individuais, veladas, de cada instituição, que não tiveram força para romper com a falta de vontade dos órgãos educacionais e políticos.

¹¹ Registro obtido a partir de pesquisa de campo.

¹² Registros obtidos a partir de pesquisa de campo.

Como destaca Jocemar Madruga (2010)¹³, se a instituição não tivesse conseguido ser capaz de mobilização social, não seria efetivada sua estadualização.

Pelos relatos, não faltam argumentos de que as pessoas beneficiadas pela mobilidade educacional proporcionada pela educação superior passaram a mudar positivamente a sua posição social no decurso da vida com consequências reais para a sociedade local e regional. Assim, pode-se dizer que FACIBEL fecha o Século XX cumprindo sua missão como geradora de mobilidade social através do potencial transformador das pessoas que formava.

É pena que não se tem pesquisas para demonstrar isso que possa ser comprovado estatisticamente, mas em uma avaliação sociológica os profissionais graduados na FACIBEL, à medida que entravam no mercado de trabalho, passavam a influenciar o cenário daquela comunidade e por outro lado o profissional sentia os benefícios emanados do conhecimento obtido (SILVIA KRAMER, 2009)¹⁴.

Ao mesmo tempo em que “centralizava toda a discussão regional sobre as necessidades sudoestinas, ela [a FACIBEL] também se transformava” (JOÃO ANDRADES, 2009)¹⁵. Na versão dos entrevistados, a tensão foi sua marca e a superação do estágio presente foi o plano orientador. A permanente mobilização, greves, debates e enfrentamentos proporcionaram um espaço ininterrupto de composição do pensamento crítico que foi fundamental na construção de sua identidade.

11 Considerações finais

A partir desta incursão pela história do ensino superior no Sudoeste do Paraná, mesmo que incompleta, pode-se afirmar, no caso da FACIBEL, que havia uma característica central in-

terna presente em todo o seu ciclo de vida. Essa característica era uma força expansiva que em alguns momentos se transformava em pressão, a despeito da dominação da ação governamental sobre demandas legítimas da sociedade.

Havia um propósito coletivo e uma cultura de mudança, a qual, embora com alto grau de dificuldade, era composta por indivíduos capazes de entender e aptos a modificar o ambiente onde atuavam.

Um aspecto que chama a atenção – e é fundamental que se registre – é que a história do Ensino Superior em Francisco Beltrão foi escrita pela forte liderança dos seus diretores gerais e pela atuação tanto de forças políticas como dos professores e funcionários. Estes abriram mão de seus empregos para entregar à sociedade uma instituição que por mais de vinte anos ajudaram a manter e que, por ser pública e gratuita, permitiria que essa conquista tivesse todo um potencial de consequências.

Cabe destaque aos alunos, a muitos líderes estudantis que estudaram na instituição desde 1976, cuja organização e participação ativa muito contribuíram para a trajetória de evolução. Participar ativamente foi mais que colaborar, foi um mecanismo de ação política. Foi necessário muito senso de responsabilidade e determinação das lideranças estudantis no encorajamento de seus pares a participar, embora se sentisse a necessidade de alguns recuos para manter firme o propósito de dar um passo a frente, mesmo à revelia das condições existentes.

A década de 1990 foi particularmente rica no amadurecimento de visões que vieram permitir o ensino superior gratuito na região. Os ideais incluíam a presença da universidade como forma de garantir não só o ensino gratuito, mas também a educação amplamente expandida. A incorporação da FACIBEL pela UNIOESTE constituiu-se na realização de uma conquista almejada por muitos, representando um momento histórico fundamental para a busca de uma educação superior compatível com ideários de luta da sociedade regional.

Por fim, tratando-se de uma pesquisa em andamento, as considerações levantadas apenas permitem reconhecer que a transformação identificada guarda estreita relação com a unidade de ação dos atores do processo, mas a trajetória institucional envolveu muitos momentos

¹³ Presidente do Diretório Central de Estudantes à época da incorporação da FACIBEL à UNIOESTE. Registros obtidos a partir de pesquisa de campo.

¹⁴ Registros obtidos através de pesquisa de campo.

¹⁵ Registros obtidos através de pesquisa de campo.

de agudas discussões e rupturas que podem ampliar a discussão.

Referências

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Seleção cronológica de leis, decretos e regulamentos do Paraná (1853-2002)**. Disponível em: <<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=7>>. Acesso em: 26 junho 2009.

BERNARTT, Maria de Lourdes. **Desenvolvimento e ensino superior: um estudo do Sudoeste do Paraná nos últimos 50 Anos**. 2006. Tese. Doutorado em Educação. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação.

CIMADON, Aristides. **Fundação Unoesc completa 40 anos de história**. Disponível em <http://www.unoescxxe.edu.br/web_reitoria/noticias_unoesc/desc_noticias.php?cod_noticia=2017>. Acesso em 12/12/2008.

DOURADO, Luis Fernandes. **A Interiorização do Ensino Superior e a Privatização do Público**. Goiânia: Ed. UFG, 2001.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e sociedade**. 4. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

JORNAL DO IGUAÇU. Francisco Beltrão-PR, 19/04/78, nº 19.

JORNAL TRIBUNA DO SUDOESTE. **Monsenhor Eduardo fala a respeito da implantação das faculdades em Francisco Beltrão**. 14/out.1972.

JORNAL TRIBUNA DO SUDOESTE. **Editoriais: as dúvidas ainda existem?** 01/jul. 1972.

JORNAL TRIBUNA DO SUDOESTE. **Universidade do Sudoeste do Paraná**. Ano V, nº 222. 24/jun. 1972.

LAZIER, Hermógenes. **Economia doméstica: 30 anos em F. Beltrão**. Jornal de Beltrão, 28 e outubro de 2005.

LAZIER, Hermógenes. **Revista Faz Ciência**, 1997.

LUPORINI, Teresa Jussara. **Ensino Superior no Paraná: a memória da região Sudoeste**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.31, p.52-66, Set. 2008.

MAES, Carlos. **Relatos da estadualização da FACIBEL**. Francisco Beltrão, 1999.

MIRANDA, Alexandre Borges. **O processo de implementação da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)**. Disponível em: <www.anped11.uerj.br/24/Miranda.doc> Acesso em: 26 de abr. de 2009.

MIOR, Marcos Antonio; ZOTTI, Solange Aparecida; PANSERA, Tiago. **A história do ensino superior no município de Concórdia: o processo de criação da FEAUC (1976-1980)**. PDF.

PERONDI, Izidio. **Origem da FACIBEL**. Carta. 1986.

Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.31, p.52-66, SET.2008 - ISSN: 1676-2584.

FACIBEL. **Relatório Movimento Pró-Faculdade**. 1974-75.

FACIBEL. **Boletim de Informações e Comunicações**. Ano 12. Ago-Set. 1987. n. 02.

FACIBEL. Boletim Informativo. **Facibel ontem-hoje: o sonho da casa própria**. Edição Especial. 30 de outubro de 1987.

FACIBEL. **Informativo Facibel**, n. 2. Ano 1. 1977; n. 3. 1980; n. 4. 1981; n. 5. 1982; n. 6. 1983; n. 01. Nov/1985; Edição Extra. Mar/ 1986; Edição comemorativa dos 10 anos. Mai/1986.